

**POLÍTICA
COMPARADA E
RELIGIÃO: RAZÕES
PARA O MÉTODO
COMPARATIVO
CONSIDERAR O
FATOR RELIGIOSO
COMO OBJETO
IMPORTANTE DE
ANÁLISE.**

*COMPARATIVE POLITICS
AND RELIGION: REA-
SONS TO CONSIDER THE
METHOD COMPARATIVE
RELIGIOUS FACTOR AS
AN IMPORTANT OBJECT
OF ANALYSIS*

Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Professor da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

Doutorando em Ciência Política pela UFPE

Resumo

Durante os próximos três séculos e meio, o sistema de Estados viria a abranger um grande espectro no relacionamento entre religião e Estado, desde momentos consensuais até conflitos (Philpott, 2009). Em alguns países, a liberdade religiosa foi uma importante prerrogativa para a prática do credo e a tentativa de aliar assuntos de estado e religião. Ao examinarmos estes padrões de influência mútua do sagrado e do secular, o estudo da religião nos convida a levar a

doutrina a sério, tanto como viés político, de maneira geral, tanto quanto fonte de identidade como uma demarcação de preferências institucionais.

Palavras-chaves

Religião. Método. Política

Abstract

Over the three and a half centuries, the state system would cover a wide spectrum in the relationship between religion and state, since consensual moments even conflict. In some countries, religious freedom was an important prerogative to practice the creed and the attempt to combine state of affairs and religion. As we examine these patterns of mutual influence of the sacred and the secular, the study of religion invites us to take the doctrine seriously, both as politically, in general, both as a source of identity as a demarcation of institutional preferences.

Keywords

Religion. Method. Politics

Introdução

O recente ressurgimento do interesse pela religião como objeto de estudo no campo da ciência política, e consequentemente no da política comparada tem sido amparado pela produção científica dos últimos anos. Ainda assim, a perspectiva de

análise em política comparada e religião permanece com lacunas. A evolução desse subcampo da ciência política tem apresentado um viés estruturado com importantes insights sugerindo comentários de uma possível racionalidade de comportamento religioso, o papel da contingência em moldar resultados político-religiosos e de um legado institucional em influenciar valores como a tolerância religiosa. Porém, a política comparada não tem considerado o poder da religião como variável independente, nem aspectos do comportamento e da persuasão religiosa no cenário político.

O estímulo em acrescentar e ter a religião como objeto de estudo da política comparada tem sido um esforço metodológico por parte dos pesquisadores, que não estão apenas interessados em descrição analítica e estatística comparada, mas também, na construção de hipóteses, com um desenho de pesquisa comparado, que pode ser chamada de “puzzle-

driven research”. No sentido de aprofundar o enfoque comparativista, os acadêmicos fazem uso de ferramentas qualitativas e quantitativas sofisticadas que vão desde a escolha racional ao institucionalismo histórico; como os autores que compõe as referências desse artigo, quando os mesmos conectam seus argumentos às questões da política comparada, focando principalmente na relação entre agente e estrutura, ideias e instituições.

A rejeição da religião pelo viés comparativista, segundo Philpott (2009), é resultado de uma estrutura de Estados formada a partir da Paz de Westphalia (1648). O autor sintetiza essa ideia elencando cinco vetores baseados em um dos nove conceitos de secularismo propostos, o de que envolve o declínio da influência religiosa na política, como resultado dos esforços intencionais dos regimes em suprimir a religião. O primeiro vetor foi a vitória do Estado soberano como forma principal de organização política concebendo espaço para uma

esfera única de autoridade, suprimindo a autoridade transnacional do Sacro Império Romano e do Papa. Segundo, a tentativa católica de uniformidade religiosa no período anterior à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que terminou criando uma proscrição de intervenção secular, norma que definiria o sistema internacional no século XVIII. Terceiro, a subordinação da religião à autoridade do Estado. Não só a Igreja Católica teve que se subordinar ao Estado, na medida em que foi destituída de seus poderes temporais medievais, mas as igrejas locais europeias em geral declinaram em sua influência política.

Durante os próximos três séculos e meio, o sistema de Estados viria a abranger um grande espectro no relacionamento entre religião e Estado, desde momentos consensuais até conflitos (Philpott, 2009). Em alguns países, a liberdade religiosa foi uma importante prerrogativa para a prática do credo e a tentativa de aliar assuntos de estado e religião; a Constituição dos Estados

Unidos, apesar de laica, foi um marco; nesse caso, a religião poderia ser influente a partir uma posição institucionalmente diferenciada. Porém, o mundo viria a presenciar teocracias, bem como ditaduras (comunista, fascista, nacionalista árabe) que iria reprimir duramente e até mesmo procurar eliminar a religião.

Complementando essa ideia, o quarto viés foi um decréscimo acentuado na prática de poderes temporais pelas autoridades católicas. Embora os Estados Pontifícios e seus privilégios temporais continuassem a existir, eles foram se tornando cada vez mais raros. A Reforma Protestante no século XVI serviu como um grande impulso para essa tendência. Finalmente, o último viés foi o surgimento do nacionalismo como uma fonte majoritária de identidade, desbancando a religião, que por muito tempo ocupou tal patamar. Pelo fato da identidade nacional usar de recursos que instigam a lealdade do povo para com o

Estado, o nacionalismo serviu para reforçar ainda mais a estrutura de autoridade criado em Westphalia.

No sentido de trabalharmos um movimento contrário a esse relatado, esse artigo tem como objetivo argumentar o porquê que os comparativistas devem considerar a religião como variável importante em suas análises e na inclusão desta em suas produções. Para tal, trabalharemos brevemente as peculiaridades existentes entre comportamento político e religião, a influência das autoridades religiosas no jogo político, o arcabouço religioso nos regimes políticos e o impacto da religião na economia política.

O “Resurgimento” da Religião Hoje

O cenário mundial que observamos atualmente, evidenciado pela multilateralidade de culturas e pelo questionamento da dominância dos princípios ocidentais, não era previsto até o último quartel do século XX. De fato, os círculos

acadêmicos ocidentais consideravam a religião um aspecto em declínio no que diz respeito à política em geral (Fox; Sandler, 2004. p.10). Muitos autores, influentes teóricos do século XIX, que ainda hoje continuam a moldar as ciências sociais, incluindo Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, concluíram que a religião era uma força em declínio no mundo, e rapidamente desapareceria (Sahliyah, 1990, p. 19). Eles acreditavam que todos os antigos sistemas militares e teológicos estavam em estado de colapso e seriam substituídos por um moderno sistema secular. Norris e Inglehart (2004, p.3) argumentam ainda que esses teóricos sustentavam a ideia de que a secularização, uma tendência global da modernidade, anularia a importância da religião, sobrepondo-a, de modo que esta desapareceria gradualmente perante o advento da sociedade industrial. Embora a compreensão da religião e da sociedade por estes estudiosos

fosse claramente muito mais complexa do que aqui representadas, a ideia era de que a religião se tornaria um fator menos importante no mundo moderno.

Devido ao avanço constante da modernidade, os pensadores secularistas entreviam os princípios da ciência e a racionalidade encobrirem e eliminarem as crenças e os mitos das religiões no mundo:

Os conservadores preocupados... alertavam sobre as graves conseqüências do desaparecimento das crenças religiosas, das instituições religiosas e da orientação moral que a religião dava para o comportamento humano individual e coletivo. O resultado final seria a anarquia, a depravação e o solapamento da vida civilizada (Huntington, 2002, p. 116).

O fator da modernidade, que deveria ter funcionado como causa principal da rejeição religiosa (Thomas, 2005, p.50) ou provocado a extinção de tais valores, foi o mais importante nesse processo. Segundo Fox (2001, p.56), existem vários

processos relacionados com a modernização que têm contribuído para a revitalização da religião. Primeiro, as tentativas de modernização têm sido vencidas, em grande parte nos países em desenvolvimento e que tenham minadas as tradições locais e valores da comunidade, provocando uma reação de ressentimentos por movimentos religiosos; isso tem levado de certa forma ao crescimento dos movimentos fundamentalistas em torno do mundo.

Uma segunda razão é que os cientistas sociais ocidentais, especialmente as provenientes dos Estados Unidos, muitas vezes ignoram a religião, pois a maioria deles é socializada a acreditar no princípio da separação entre a Igreja e o Estado. Embora uma discussão global sobre a influência deste sobre a socialização, as visões de mundo dos cientistas sociais está além do escopo desta questão; é provável que a socialização, particularmente a universitária, faça com que os cientistas sociais ignorem a religião como um fator

importante no estudo da política comparada. Outra razão pela qual alguns cientistas sociais não incluem a religião nas suas explicações dos fenômenos comparados aplica-se aos estudos quantitativos. Aqueles que se dedicam a estudos quantitativos são frequentemente acusados de ignorar as variáveis relativas à questão religiosa, complicadas de determinar, relativas às várias dimensões do fenômeno religioso. Nessa perspectiva, a religião é talvez uma das variáveis mais difíceis de mensurar, isso porque as teorias e variáveis têm sido quantificadas com base na literatura qualitativa desse tópico, e por sua vez, a escassez da literatura sobre política comparada e religião tem dificultado os esforços para essa mensuração.

Sendo assim, os pesquisadores utilizam métodos qualitativos para mensurar as religiões no mundo (Fox, 2004, p.172); ou alguns estudos são realizados apenas para quantificar o número de religiões envolvidas em conflitos ou se

os grupos envolvidos em conflitos são de diferentes religiões. Alguns estudos medem aspectos específicos da influência da religião que são informativos, mas também limitados como a frequência a cerimônias religiosas, ou o percentual de pessoas que acreditam em Deus ou em certas doutrinas religiosas, especialmente aquelas oriundas do cristianismo. Embora estes indicadores de sucesso avaliem alguns aspectos da influência da religião no comportamento político, todas as variáveis são um aspecto relativamente bruto da realidade.

A modernização econômica, política e social levou a um ressurgimento do interesse pela religião (Fox, 2001, p. 56) como elemento importante das relações sociais e da política. Para explicar tal afirmação nos basearemos, primeiramente, no conceito de Scott Thomas (2005, p.26), do que é o ressurgimento da religião hoje:

O ressurgimento global da religião é uma crescente proeminência e poder de persuasão da religião, ou seja, a

ascendente importância das crenças, práticas e discursos religiosos na vida pública e privada, assim como o crescente papel dos grupos não-estatais, partidos políticos, comunidades e organizações na política doméstica de caráter religioso, vêm ocorrendo de um modo que tem implicações significativas para a política.

Segundo Berger, em sua obra *The desecularization of the world* (1999), a assertiva de que nós vivemos em um mundo secular é falsa; isto é, o mundo hoje é inegavelmente religioso. Isso reforça a ideia de difusão do ressurgimento da religião no debate político. O “ressurgimento” é algo que só é assim caracterizável para quem tinha deixado de ver a religião como fenômeno público ou com repercussões públicas claras; ou seja, para os adeptos da tese da secularização, ou para os europeus ocidentais, onde de fato alguma plausibilidade para aquela tese ainda é relevante. Se tomarmos um olhar global, a tese do ressurgimento não se sustenta. Nunca houve

desaparecimento da religião como fenômeno público ou como extensão da identidade cultural em boa parte do mundo, especialmente no mundo pós-colonial americano, africano e asiático. Além do mais, boa parte do que se chama de “ressurgimento global da religião” corresponde a um viés fortemente centrado na evidência internacional do islamismo ou dos fundamentalismos religiosos. Para Thomas (2005, p.29), alguns autores consideram que esse ressurgimento é parte do processo de globalização e que este está mudando a paisagem religiosa no mundo. Isso porque, a ordem mundial está constituindo atores religiosos (assim como, delineado nos blocos de civilizações-religiões, proposto por Huntington), de constante envolvimento na cena política.

Religião e Comportamento Político

Observar a religião como identidade e ideologia nos permite resgatar e visualizar características que

podem fazer dela um elemento relevante para a política comparada. Segundo Grzymala-Busse (2012, p.423), as principais religiões podem fazer reivindicações transnacionais, pois são provavelmente as maiores unidades para as quais os indivíduos mantêm determinada lealdade, além de oferecer um conjunto alternativo de princípios pelos quais se organiza a vida. O catolicismo e o islamismo transcendem as fronteiras nacionais e se pronunciam sobre a autoridade que desafiam os limites do Estado-nação. A religião é uma identidade extraordinariamente exigente, a medida que algumas delas fazem afirmações sobre todos os aspectos da vida de seus seguidores, que vão desde as suas opiniões políticas até os códigos de moral e conduta.

A partir desses pressupostos, ainda de acordo com Grzymala-Busse (2012, p.426), a grande parte das religiões tem um impacto claro e significativo em várias esferas da política, como na questão do voto e do

comportamento político. A religião influencia o comportamento político de forma direta e indireta; no primeiro caso, circundando questões políticas (através de afinidades doutrinárias) e indiretamente através do reconhecimento à políticas específicas e regimes (através do apoio organizacional e mobilização das autoridades e instituições religiosas) (Grzymala-Busse, 2012, p.427). A religião pode funcionar não só como uma fonte de lealdade comunitária e identidade compartilhada, mas também como uma ideologia poderosa, um conjunto de princípios normativos sobre como o mundo deve funcionar.

Algumas análises têm focado no papel que a religião desempenha na determinação de atitudes e comportamentos políticos no nível individual. Por exemplo, no artigo intitulado “Religion Still Matters”, Brooks Hull (2000) argumenta que indivíduos religiosos são mais propensos a serem motivados a pagar impostos e cumprir com os regulamentos fiscais, assim

como, países religiosos parecem ter menores taxas de criminalidade.

Alguns autores observam a religião como um aspecto importante para o comportamento de votação (Rose; Urwin, 1969; Lijphart, 1979; Roemer, 1998). Aqueles que são religiosamente comprometidos são mais conservadores em suas visões de mundo (Hayes, 1995). Além dessas afirmações gerais, no entanto, o impacto da religiosidade sobre a opinião política não é simples. A participação política em denominações doutrinariamente muito conservadoras, como os protestantes fundamentalistas, correlaciona-se com o partidatismo, que é uma questão muito particular e que depende do grau de comprometimento ou intensidade de crença e prática, principalmente nos Estados Unidos. Embora o compromisso religioso importe para o partidatismo nos Estados Unidos, o seu impacto em outros lugares é perfeitamente visível, como na Europa, quando a ala

conservadora cristã mantém atitudes mais liberais em questões transnacionais, como a integração europeia ou a ajuda externa de seus vizinhos seculares (Kalyvas; Kersbergen, 2010).

No que diz respeito à influência religiosa na opinião política, a religião é frequentemente incluída nas variáveis de controle nas regressões examinando o comportamento político, juntamente com níveis de escolaridade, idade, raça e sexo. Entretanto, para agregar mais confiabilidade no quesito qualitativo seria importante considerar a crença e a participação que são duas dimensões distintas de religiosidade (Jelen; Wilcox, 2002). A crença é uma adesão pessoal e uma internalização à doutrina e ao sagrado; considerando o tipo de fé, a aceitação da doutrina da igreja, sua relação com a divindade, os ensinamentos sagrados e religiosos. A participação é a atividade dentro da igreja; evangelização; reunião com outros membros da igreja. Em muitos aspectos, esta é uma medida da intensidade da

religiosidade, ou o grau em que o crente está disposto a sacrificar tempo e esforço em nome da religião.

Mais adiante, explicaremos que o fator “participação” será um aspecto essencial na economia política da religião, enquanto que o impacto da crença religiosa na política será mediada pela intensidade do compromisso do crente para com a fé.

Autoridades Religiosas no Jogo Político

Na Europa medieval e moderna, as igrejas legitimavam o regime monárquico no continente, numa época em que a religião estava intrinsecamente ligada à força do Estado. Hoje, as autoridades religiosas prontamente se envolveram na política democrática. As atividades políticas de igrejas e suas coligações influenciaram a formação de sistemas de partidos políticos e da manutenção dos governos (Kalyvas, 2010).

As distinções fundamentais que conduziram

à formação de partidos e o mais amplo conflito político estavam entre igreja e Estado. Como o Estado secular tomou o controle sobre a educação, redução da pobreza e legitimação das autoridades religiosas, a estrutura hierárquica e doutrinária do catolicismo influenciou seu papel político.

Autoridades religiosas fundaram movimentos políticos e partidos políticos, como a história da Democracia Cristã na Europa e os partidos islâmicos turcos mostraram (Kalyvas, 2010; Altinordu, 2010). A Igreja Católica fomentou o surgimento de partidos Democrata Cristãos no oeste da Europa, assim como, tentou afastar a expansão liberal na Europa do século XIX, lançando movimentos católicos que se transformaram em partidos cristãos democráticos, amplamente conectados à Igreja (Kalyvas, 2010). Além disso, as igrejas agiam estrategicamente formando coligações (alianças políticas com os partidos estabelecidos, troca de concessões políticas

governamentais para a mobilização eleitoral) de forma a influenciar várias searas políticas. A Igreja Católica após a Segunda Grande Guerra agiu para impedir a propagação comunista na Itália e em outros países, e formaram coligações com partidos de direita que regiam a política de concessões em troca de apoio político considerável e mobilização eleitoral que iria beneficiar o lado da direita.

As Igrejas também tentam fazer *lobby* nas legislaturas e definem uma agenda política. E a religiosidade popular parece ser uma condição necessária para que as religiões influenciem a política, ao contrário da demanda popular por influência religiosa na política. As Igrejas têm enquadrado debates e obtido as suas preferências políticas, mesmo quando as maiorias populares desaprovam a influência da Igreja na votação e em fazer política (Grzymala-Busse, 2010). Como resultado, vemos diferenças nos resultados de políticas entre os países católicos, na medida em

que estes apresentam legislações diferentes aos vários temas discutidos na atualidade como o aborto, os direitos dos homossexuais, as pesquisas com células-tronco, e a educação.

Ao examinar como as igrejas agem como atores institucionais, devemos atentar para dois fatores. Primeiro, apenas algumas organizações religiosas têm a capacidade de agir como atores institucionais, e mesmo aqueles que precisam satisfazer determinadas condições, com os grupos religiosos no qual devem considerar a ação política como uma obrigação divina, enfrentam um ambiente político que pode dificultar esses esforços. Nesse sentido, eles precisam se manter consolidados, com determinada capacidade de organização, pois o conjunto político favorável passível de oportunidades oferecem influentes aliados seculares.

Segundo, se as organizações religiosas fazem exigências doutrinárias, apenas algumas sociedades e políticas serão sensíveis. A demanda

para a religião pode variar em nível nacional, não apenas individual. A sua capacidade de reter adeptos é onipresente, apesar da desaprovação da atividade política da igreja e o esforço de forjar uma variedade de alianças políticas. Uma explicação para isso pode ser que algumas sociedades, são mais receptivas ao enquadramento religioso da política, devido à longa fusão de identidades religiosas. Em muitos casos onde a religião tem sido fundida com o nacionalismo, o nacionalismo secular é substituído por novas lealdades e motivos conflituosos em nome da religião (Juergensmeyer, 1993).

O Arcabouço Religioso nos Regimes Políticos

Entidades religiosas podem legitimar e dar apoio aos regimes seculares, ou contrariamente, retirar o apoio e se opor a determinados líderes seculares e estruturas governamentais. Igrejas e regimes, assim, se influenciam mutuamente e auxiliam um ao

outro no desenvolvimento e elaboração de estratégias. Por exemplo, quando a Igreja Católica enfrentou a concorrência de denominações protestantes na América Latina, eles foram mais dispostos a apoiar os movimentos populares indígenas para a democracia e promover a mobilização étnica secular (Gill, 1998). Esse o argumento mostra como a competição leva organismos religiosos a adotar posições políticas que em seguida podem afetar a sua própria posição na sociedade e vis-à-vis aos governos.

Em contextos tão variados como a Polônia, Filipinas, Espanha e Brasil, as igrejas católicas usaram uma variedade de táticas para se opõem a regimes autoritários: mobilizar o apoio popular, protegendo a oposição, ou o desenvolvimento de uma teologia da libertação que levou os padres e bispos locais a se opor ao autoritarismo em nome dos direitos humanos e da justiça social (Gill, 1998). Nesses esforços, as igrejas “têm mostrado uma notável capacidade de mobilizar a ação

coletiva, inclusive o protesto político” (Gill, 2001, p. 118).

Da mesma forma, os regimes seculares influenciam as estratégias religiosas. Por exemplo, Philpott (2007) argumenta que o integracionismo (a fusão de prerrogativas estatais em acordo com uma religião em particular) é a razão por que o Islã pode impedir a democratização. Ironicamente, isso não é por causa de uma postura antidemocrática inerente na doutrina islâmica, embora regimes autoritários justificaram-se em termos islâmicos, como no Irã, Arábia Saudita, Sudão e Afeganistão sob o Talibã, mas porque os regimes autoritários nos países islâmicos têm muitas vezes sido rigidamente laicos, proibindo movimentos islâmicos levando a uma postura antidemocrática. Assim, a repressão da religião leva a religião a adotar uma postura política em particular.

A democracia pode coexistir com a integração igreja e Estado. Nós não presenciamos uma estrita separação entre igreja e estado, mesmo na Europa Ocidental,

há muito tido como um modelo de secularização e democracia. Embora a intervenção do governo na religião seja menor em democracias do que nações não democráticas, poucos Estados separam de fato religião e política completamente, e as democracias apresentam uma ampla gama de (não) separação (Fox, 2006). As atitudes em relação à religião pública variam entre as democracias. O conceito de “Twin toleration” (o respeito mútuo e a não intervenção do Estado em instituições religiosas ou vice-versa) importa muito mais para a prática democrática do que uma rígida separação das duas esferas (que é inalcançável na prática).

Em suma, a religião tem seu valor na discussão dos regimes políticos, não apenas porque seus adeptos estão comprometidos com eles, mas porque as ideias, identidades, e mecanismos culturais que ela implica continuam a moldar a vida política. As doutrinas e denominações religiosas continuam a ser fontes de

ideologia e de identidade, de influência e pressão política, de mobilização social. Como resultado, as organizações religiosas e crenças moldam tanto o comportamento político quanto as configurações institucionais.

O Impacto da Religião na Economia Política

De acordo com alguns autores, os regimes de bem-estar social, padrões de desemprego e os gastos educacionais têm sido associados às diferenças doutrinárias (Castles, 1994; Van Kersbergen; Manow, 2009). A literatura enfatiza o impacto da religião sobre a economia política do Estado de bem-estar social. A religião afeta a economia política de duas maneiras. Primeiro, o conflito entre a igreja e o Estado sobre o decréscimo da pobreza levou a padrões distintos de estrutura do Estado. Por sua vez, disposições do estado de bem-estar social fazem decrescer a participação e a observância religiosa. Esta relação também pode explicar por que alguns

dos maiores conflitos políticos na relação Igreja-Estado ocorreu sobre a prestação de serviços sociais, como educação, hospitais e o decréscimo da pobreza.

Segundo, eleitorados religiosos são menos propensos a apoiarem princípios de bem-estar social, presumivelmente confiantes na capacidade das instituições religiosas no sentido de proteger os indivíduos das vicissitudes da desaceleração econômica. Indivíduos mais religiosos preferem níveis mais baixos de seguridade social, porque a religião substitui o Estado como fator de segurança contra eventos adversos da vida (Scheve; Stasavage 2006). Algumas religiões enfatizam o valor do trabalho árduo e do individualismo, pois só esses princípios levariam ao bem-estar social e a uma recompensa pecuniária satisfatória, levando seus adeptos a adotarem uma postura contra programas de bem-estar social proporcionados pelo Estado.

Segundo De Lao e Rodden (2008), a religião pode

distrair os eleitores de votar em seus interesses de classe, agindo como uma clivagem transversal. Eles argumentam exemplificando dois mecanismos hipotéticos. O caso de que as crenças religiosas substituem preferências econômicas. Para pobres eleitores religiosos, os benefícios psíquicos do ato religioso agem como um substituto do estado de bem-estar social. Alternativamente, as crenças religiosas podem distrair preferências econômicas criando uma segunda dimensão que se mostra mais atraente. A incerteza persiste em parte porque as implicações observáveis de cada hipótese são empiricamente difíceis de separar e, em parte, porque os dois são logicamente compatíveis um com o outro.

Mais amplamente, algumas formas de religiosidade podem deprimir o crescimento econômico, enquanto outros podem estimulá-lo (McCleary; Barro 2006). A participação religiosa (frequência à igreja) está associada a uma diminuição das taxas de crescimento

econômico, mas algumas crenças religiosas, como a crença no inferno, no céu, e na vida após a morte, tendem a aumentar o crescimento econômico através da promoção de mudanças comportamentais no nível individual. Em uma versão do argumento, maior produtividade pode significar um sinal de salvação; isso é verdade para aqueles indivíduos que acreditam em predestinação, como os calvinistas, e para quem a riqueza econômica e a produtividade não são uma forma de ganhar a graça divina, mas uma maneira de demonstrar isso. Em outra via, as pessoas trabalham mais e de forma mais eficiente, a fim de assegurar a salvação e ganhar a graça, como na tradição católica e algumas vertentes protestantes.

Um problema potencial com essas análises é que a doutrina religiosa, as instituições políticas e os resultados econômicos se influenciam mutuamente. Nessa perspectiva, a questão da identidade torna os indivíduos mais propensos a

escolher uma denominação específica. Em um exemplo particularmente convincente, Becker e Woessman (2009) argumentam que a prosperidade econômica das regiões protestantes não é devido a uma ética de trabalho particular, como Max Weber argumentou, mas a maior quantidade de capital humano, mais especificamente à alfabetização. A maior escolaridade, por sua vez, é um resultado direto da ênfase doutrinária luterana sobre a leitura da Bíblia.

Conclusão

Os quatro tópicos acima brevemente abordados mostram várias conexões entre política e religião, assim como a variedade de abordagens no qual a política comparada pode utilizar na análise dos casos. O estudo da religião e da política comparada é uma abordagem interessante para a questão da identidade e das estratégias de atores institucionais. Haja vista que, as igrejas podem se tornar poderosos atores institucionais praticantes de

lobby, influenciadoras da política, e formadoras efetivas de coalizões com parceiros seculares e denominacionais. Diferenças doutrinárias podem traduzir padrões distintos de instituições estatais, desempenho econômico e preferências políticas. E ainda, monopólios religiosos naturais religiosos e países seculares mostram como as igrejas desempenham um papel fundamental na luta das nações e Estados.

Ao examinarmos estes padrões de influência mútua do sagrado e do secular, o estudo da religião nos convida a levar a doutrina a sério, tanto como viés político, de maneira geral, tanto quanto fonte de identidade como uma demarcação de preferências institucionais. Não fazer isso nos cega para as diferenças nas configurações institucionais e para as coligações peculiares que resultam quando a religião entra na política, e vice-versa.

Referências Bibliográficas

- ALTINORDU, A. **The politicization of religion**: political Catholicism and political Islam in comparative perspective. *Polit. Soc.* 38(4):517–51, 2010.
- BECKER, S.; WOESSMAN, L. **Was Weber wrong?** A human capital theory of Protestant economic history. *Q. J. Econ.* 124(2):531–96, 2009.
- BERGER, Peter. et al. **The Desecularization of the World**: Resurgent Religion and World Politics. Washington: W.B.E. Publishing Company, 1999.
- CASTLES, F. **On religion and public policy**: Does Catholicism make a difference? *Eur. J. Polit. Res.* 25(1):19–40, 1994.
- DE LA O, A.L.; RODDEN, J. **Does religion distract the poor?** Income and issue voting around the world. *Comp. Polit. Stud.* 41(4/5):437–76, 2008.
- FOX, J. **Religion as an Overlooked Element of International Relations**. International Studies Association. U.S.A., p. 53-73, 2001.
- FOX, J.; SANDLER, S. **Bringing Religion into International Relations**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- FOX, J. **World separation of religion and state into the 21st century**. *Comp. Polit. Stud.* 39:537–69, 2006.
- GILL, A. **Rendering Unto Caesar: The Catholic Church and the State in Latin America**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1998.
- GILL, A. **Religion and comparative politics**. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 4:117–38, 2001.
- GRZYMALA-BUSSE, A. **The sacralization of politics in Europe and beyond**. Dep. Polit. Sci., Univ. Mich, 2010.
- HAYES, B. **The impact of religious identification on political attitudes**: an inter-

national comparison. *Sociol. Relig.* 56(2):177–94, 1995.

HUNTINGTON, S. P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

HULL, B. **Religion still matters.** *J. Econ.* 26:35–48, 2000.

JELEN, T. **The political consequences of religious group attitudes.** *J. Polit.* 55(1):178–90, 1993.

JELEN, T; WILCOX, C. **Religion and Politics in Comparative Perspective.** Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2002.

JUERGENSMEYER, M. **Global Rebellion: Religious Challenges to the Secular State.** Berkeley: Univ. Calif. Press, 2008.

KALYVAS, S; VAN KERSBERGEN, K. **Christian Democracy.** *Annu. Rev. Polit. Sci.* 13:183–209, 2010.

MCCLEARY, R; BARRO, R. **Religion and economy.** *J.*

Econ. Perspect. 20(2):49–72, 2006.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide.** U.S.A.: Cambridge University Press, 2004.

PHILPOTT, D. **Explaining the political ambivalence of religion.** *Am. Polit. Sci. Rev.* 101(3):505–25, 2007.

PHILPOTT, D. **Has the study of global politics found religion?** *Annu. Rev. Polit. Sci.* 12:183–202, 2009.

SAHLIYEH, E. (Ed.). **Religious Resurgence and Politics in the Contemporary World.** New York: State University of New York Press, 1990.

THOMAS, S. M. **The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Relations – The struggle for the Soul of the Twenty-first Century.** New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

VAN KERSBERGEN, K.;
MANOW, P. (eds). **Religion,
Class Coalitions, and Wel-
fare States**. Cambridge, UK:
Cambridge Univ. Press, 2009.